



PREFEITURA DE CARAÍBAS

ESPERANÇA TRANSFORMANDO-SE EM REALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 005/2026		PPROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 039/2026	
LOCAL DA DISPUTA (PLATAFORMA ELETRÔNICA): www.licitanet.com.br			
OBJETO			
Registro de Preços para eventual contratação de empresa visando o fornecimento de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas – Bahia, a contratação será feita através de processo Licitatório na modalidade Pregão, de acordo as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.			
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/03/2026 às 09h00min (horário de Brasília).			
DATA DA DISPUTA DE PREÇOS: 10/03/2026 às 09h00min (horário de Brasília).			
REGISTRO DE PREÇOS	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	TIPO DE LICITAÇÃO
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO	LOTE
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS MEI/ME/EPP		RESERVA COTA ME/EPP	EXIGE GARANTIA DA PROPOSTA
SIM		NÃO	NÃO
OBSERVAÇÕES GERAIS			
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO MODO DE DISPUTA: ABERTO			
Informações: licitacoes@caraiabas.ba.gov.br			
Diário Oficial / Licitações: https://www.caraiabas.ba.gov.br/Site/DiarioOficial			
PNCP:			
Fundamento: Art. 28, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/21 Decreto Municipal nº 047/2026			
Raire Ailane Amorim Da Silva Pregoeira'			
ORTARIA Nº 047 DE 02 DE JANEIRO DE 2026.			



EDITAL

O MUNICÍPIO DE CARAÍBAS-BA, por intermédio do Pregoeiro, designado pela PORTARIA Nº 047/2026, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para eventual contratação de empresa visando o fornecimento de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas – Bahia, a contratação será feita através de processo Licitatório na modalidade Pregão, de acordo as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em lote, formados por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. A licitação com adjudicação por lote justifica-se pela necessidade de materiais vinculados ou outros que dependem de itens da mesma marca, tipo, portanto o parcelamento por item implicaria na configuração e no desempenho de forma a tornar-se incompatível, por isso houve a necessidade de agrupamentos em lotes para que a execução contratual não seja prejudicada:
- 1.4. A presente justificativa encontra respaldo no Art. 82, Parágrafo 1º da Lei 14.133/2021, que confere autorização para o parcelamento da solução em procedimentos licitatórios. Fundamenta-se na imperativa necessidade de assegurar a eficiência e eficácia na aquisição de produtos destinados a suprir as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Caraíbas.
- 1.5. Inicialmente, destaca-se que a implementação de medidas que viabilizem o fornecimento contínuo e adequado de produtos constitui elemento fundamental para o adequado funcionamento dos programas de saúde municipais. A legislação vigente, notadamente o Art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal de 1988, estabelece que as aquisições efetuadas pela Administração Pública devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, devendo, portanto, ser conduzidas por meio de procedimento licitatório, excetuando-se casos específicos previstos em normativa pertinente.
- 1.6. Considerando a particularidade da demanda da Secretaria de Saúde, a divisão por item poderia acarretar prejuízos ao conjunto do certame, elevando os custos processuais e dificultando a logística de entrega dos produtos. Ademais, a consolidação dos itens em lote possibilitará uma significativa economia de escala para os licitantes, refletindo em preços globais mais vantajosos e assegurando o cumprimento do cronograma de entrega estipulado no edital.
- 1.7. A opção pelo parcelamento da solução, mediante a realização do procedimento licitatório por meio de registro de preços com itens agrupados em um lote, evidencia o compromisso



da Administração Municipal em buscar a proposta mais vantajosa, preservando o interesse público e promovendo a eficiência na prestação dos serviços de saúde à comunidade de Caraíbas.

- 1.8. Em suma, diante das considerações expostas, constata-se que o parcelamento da solução se apresenta como medida congruente com os preceitos legais e as exigências operacionais da Administração Pública Municipal, viabilizando a otimização dos recursos e a consecução das políticas de saúde no âmbito municipal.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.2.1.A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.4. pessoas jurídicas reunidas em consórcio
- 3.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do



- capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não



poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.9.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.9.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1.Valor unitário, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço por item, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O pregoeiro poderá com base na IN73/22 art. 21 §4º, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
 - 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital,



especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a solicitação da documentação de habilitação:

- 7.2. Caso conste a Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - 7.2.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 7.2.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 7.2.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2.1 e 4.4 deste edital.
- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 7.5.1.contiver vícios insanáveis;
 - 7.5.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.5.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.5.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.5.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7. Para esse objeto específico será considerado inexequível quando a taxa apresentado for negativa e não podendo ser comprovado sua exequibilidade com a planilha de composição de custos, que será solicitada em até 02 (duas) horas no sistema.
 - 7.7.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a

empresa comprove a exequibilidade da proposta do arrematante, através da planilha de composição de custos unitários, no prazo de até 02 (duas) horas.

- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. Apresentar CNAE compatível com o objeto da licitação.
- 8.1.2. A documentação de habilitação será solicitada pelo pregoeiro o envio no prazo máximo de até 02 (duas horas), somente do arrematante, no campo HABILITANET dos sistema do pregão eletrônico.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.1.3. Registro comercial ou documento equivalente, no caso de empresário individual;
- 8.1.4. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.1.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.1.8. documento de identificação do proprietário ou dos sócios da empresa licitante.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



- 8.1.9. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante apresentação do cartão do CNPJ, extraído da internet;
- 8.1.10. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou da sede da licitante, relativo à atividade objeto do certame;
- 8.1.11. prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 8.1.12. prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- 8.1.13. é prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos à créditos tributários e dívida ativa da união - CND, conforme Portaria 1.751, de 02/10/14 - SRCB/PGFN;
- 8.1.14. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.1.15. Alvará de funcionamento da empresa licitante, dentro do prazo de validade;
- 8.1.16. comprovação de situação regular junto aos cadastros da administração pública, mediante apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;
- 8.1.17. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas obtidas no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>;
- 8.1.18. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, disponível no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.
- 8.1.19. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo fixado, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.
- 8.1.20. As ME/EPP deverão apresentar Declaração de Enquadramento, como também toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/06.
- 8.1.21. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de ME/EPP será assegurado a estas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação e apresentação de novas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.22. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.1.23. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “8.12.1”, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1.24. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

8.1.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.1.26. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.1.27. A Qualificação Técnica será comprovada mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste pregão;

8.1.28. Alvará de Vigilância Sanitária;

8.1.29. Certificado de Autorização de Funcionamento (Certificado de AFE) específico para o lote cotado.

OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

8.1.30. Sob pena de inabilitação a licitante deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

8.1.31. Declaração de Desimpedimento de Licitar, através da qual assevera, sob as penas da lei:

8.1.32. que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas;

8.1.33. que não existe fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação, inclusive quanto as hipóteses de impedimento previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.1.34. que não possui entre seus proprietários, nenhum agente público ou agente político do Município de Caraíbas-Ba;



- 8.1.35. que dispõe de condições e disponibilidade de pessoal para executar o objeto desta licitação, caso seja vencedora;
- 8.1.36. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 8.1.37. que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas à este certame, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto, garantindo o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias;
- 8.1.38. que cumpre todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;
- 8.1.39. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.1.40. que cumpre, em sua integralidade, os dispositivos da Lei Federal nº. 9854/99 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere ao trabalho de menores.
- 8.1.41. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:
- 8.1.42. se o proponente for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 8.1.43. se o proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou assinatura digital.

- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.9.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.11. A verificação da exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



- 8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo no prazo de até 02 duas horas.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [ENDEREÇO ELETRÔNICO].

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação



à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitanet.com.br e por licitacoes@caraiabas.ba.gov.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.caraibas.ba.gov.br/Site/DiarioOficial>
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Proposta de Preços e Termo de Referência
 - 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
 - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.4. PREÇO REFENCIAL POR ITEM – NO FIM DO EDITAL

Caraíbas-Ba-Ba, 23 de fevereiro de 2026.

Patrícia Lima dos Santos
Secretário Municipal de Administração
Decreto n.º 013/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente **Termo de Referência** o **Registro de Preços** para eventual **contratação de empresa especializada**, visando o **fornecimento de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos** destinados a atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas – Bahia**, em conformidade com a **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e suas **posteriores alterações**, bem como com as **condições, quantidades e exigências** estabelecidas neste instrumento.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

LOTE 1 - MATERIAL ODONTOLÓGICO					
ITEM	PRODUTO	UND	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	Sistema adesivo de frasco único, fotopolimerizável, indicado para esmalte e dentina. Produto pronto para uso, de aplicação fácil, com alta adesão ao esmalte e dentina, garantindo retenção adequada do material restaurador e proteção da dentina exposta. Seguro e de uso único. Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com normas sanitárias.	Caixas	52		R\$ -
2	Anestésico local à base de lidocaína 2% com epinefrina na diluição 1:100.000 , indicado para procedimentos odontológicos. Apresenta ação anestésica eficaz e prolongada, com controle do sangramento no local de	Caixas	50		R\$ -



PREFEITURA DE CARAÍBAS

ESPERANÇA TRANSFORMANDO-SE EM REALIDADE

	<p>aplicação. Acondicionado em tubetes de vidro estéreis, seguros e de uso único.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 50 tubetes de vidro de 1,8 mL cada, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro na ANVISA, assegurando rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>				
3	<p>Anestésico local à base de mepivacaína 3%, sem vasoconstritor, indicado para procedimentos odontológicos que requerem anestesia eficaz, especialmente em pacientes com restrições ao uso de vasoconstritores. Apresenta início de ação rápido e boa duração anestésica. Acondicionado em tubetes estéreis, de uso único.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 50 tubetes de 1,8 mL cada, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Caixas	15		R\$ -
4	<p>Anestésico local à base de articaína 4% com epinefrina 1:100.000, indicado para procedimentos odontológicos. Solução estéril injetável, com início de ação rápido e excelente difusão tecidual, proporcionando anestesia eficaz e controle do sangramento. Acondicionado em tubetes (carpules) estéreis, de uso único.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 50 tubetes de 1,8 mL cada, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Caixas	15		R\$ -
5	<p>Anestésico tópico à base de benzocaína 20%, indicado para anestesia superficial da mucosa oral antes de procedimentos odontológicos. Proporciona alívio rápido e eficaz, facilitando intervenções com maior conforto ao paciente.</p>	Fr	50		R\$ -

	Embalagem: frasco contendo 12 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
6	<p>Condicionador ácido fosfórico em gel a 37%, indicado para condicionamento do esmalte e da dentina em procedimentos odontológicos adesivos. Possui consistência em gel que facilita a aplicação controlada e o correto condicionamento da superfície dental.</p> <p>Embalagem: kit contendo 3 seringas com 2,5 mL cada e 3 ponteiros aplicadoras, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Pct	100		R\$ -
7	<p>Broca diamantada n° 1016, indicada para procedimentos odontológicos de desgaste, acabamento e preparo cavitário. Fabricada com partículas de diamante de alta qualidade, proporcionando corte eficiente, precisão e durabilidade.</p> <p>Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	50		R\$ -
8	<p>Broca diamantada n° 1014, indicada para procedimentos odontológicos de desgaste, preparo cavitário e acabamento. Produzida com partículas de diamante de alta resistência, proporcionando corte preciso, eficiência e durabilidade.</p> <p>Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na</p>	Unid	50		R\$ -

	ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
9	<p>Broca diamantada nº 1012, indicada para procedimentos odontológicos de desgaste, preparo cavitário e acabamento. Confeccionada com partículas de diamante de alta qualidade, proporcionando corte preciso, eficiência e boa durabilidade.</p> <p>Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	50		R\$ -
10	<p>Broca diamantada nº 3195 FF, indicada para procedimentos odontológicos de acabamento e polimento fino. Possui granulação extra fina (FF), proporcionando maior precisão, suavidade no desgaste e melhor acabamento das superfícies dentárias.</p> <p>Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	50		R\$ -
11	<p>Broca diamantada nº 3118 F, indicada para procedimentos odontológicos de acabamento fino. Possui granulação fina (F), proporcionando desgaste controlado, precisão e bom acabamento das superfícies dentárias.</p> <p>Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	50		R\$ -
12	Broca diamantada nº 3168 F , indicada para procedimentos odontológicos de acabamento fino. Possui	Cx	25		R\$ -



PREFEITURA DE CARAÍBAS

ESPERANÇA TRANSFORMANDO-SE EM REALIDADE

	granulação fina (F), permitindo desgaste controlado, precisão e acabamento adequado das superfícies dentárias. Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
13	Escova de Robinson para profilaxia , indicada para procedimentos odontológicos de limpeza e polimento dental. Confeccionada com cerdas em nylon e haste metálica, proporcionando eficiência na remoção de biofilme e resíduos, com encaixe adequado ao contra-ângulo. Embalagem: acondicionada individualmente, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Unid	500		R\$ -
14	Filme radiográfico periapical adulto , velocidade intermediária (velocidade E), indicado para exames radiográficos odontológicos. Compatível com métodos de processamento automático e manual, proporcionando imagens nítidas e confiáveis para diagnóstico. Embalagem: caixa contendo 150 unidades, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Cx	20		R\$ -
15	Resina composta microhíbrida, cor A1 , indicada para restaurações odontológicas diretas, proporcionando boa resistência mecânica, estética adequada e fácil manipulação. Embalagem: seringa contendo 4 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo	Unid	20		R\$ -

	<p>rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>				
16	<p>Resina composta microhíbrida, cor A2, indicada para restaurações odontológicas diretas, oferecendo boa resistência mecânica, estética satisfatória e fácil manipulação.</p> <p>Embalagem: seringa contendo 4 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	30		R\$ -
17	<p>Resina composta microhíbrida, cor A3, indicada para restaurações odontológicas diretas, proporcionando resistência mecânica adequada, boa estética e fácil manipulação.</p> <p>Embalagem: seringa contendo 4 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	25		R\$ -
18	<p>Resina composta microhíbrida, cor A3,5, indicada para restaurações odontológicas diretas, oferecendo resistência mecânica adequada, estética compatível e fácil manipulação.</p> <p>Embalagem: seringa contendo 4 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	25		R\$ -
19	<p>Resina composta microhíbrida, cor A4, indicada para restaurações odontológicas diretas, proporcionando resistência mecânica adequada, estética compatível e fácil manipulação.</p>	Unid	10		R\$ -

	Embalagem: seringa contendo 4 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
20	<p>Resina composta fluida (flow), cor A2, indicada para restaurações odontológicas de pequenas cavidades, selamentos e forramentos, proporcionando boa adaptação, manuseio facilitado e adequada resistência.</p> <p>Embalagem: seringa contendo 2 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	25		R\$ -
21	<p>Lâmina de bisturi nº 15C em aço carbono, indicada para procedimentos cirúrgicos odontológicos que exigem precisão no corte. Apresenta alto poder de corte, resistência e segurança no uso profissional.</p> <p>Embalagem: caixa contendo 100 unidades, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Cx	15		R\$ -
22	<p>Pedra-pomes, indicada para limpeza e polimento de esmalte dentário, ouro coesivo, amálgama e resina acrílica, proporcionando acabamento eficiente das superfícies odontológicas.</p> <p>Embalagem: frasco contendo 100 g, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	4		R\$ -

23	<p>Soro fisiológico 0,9%, indicado para irrigação, limpeza e diluição em procedimentos odontológicos e ambulatoriais. Solução estéril, segura e de uso versátil.</p> <p>Embalagem: frasco contendo 250 mL, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	50		R\$ -
24	<p>Sugador odontológico descartável transparente, indicado para sucção de líquidos e resíduos durante procedimentos odontológicos. Confeccionado em material atóxico, flexível e resistente, proporcionando segurança e eficiência no uso clínico.</p> <p>Embalagem: embalagem contendo 40 unidades, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Pct	300		R\$ -
25	<p>Flúor gel neutro, indicado para prevenção da cárie dentária e fortalecimento do esmalte dental em procedimentos odontológicos. Apresenta boa adesão às superfícies dentárias e ação eficaz na remineralização.</p> <p>Embalagem: frasco contendo 200 mL, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	50		R\$ -
26	<p>Fio retrator gengival nº 00, indicado para afastamento temporário da gengiva em procedimentos odontológicos restauradores e protéticos, permitindo melhor visualização e precisão clínica.</p> <p>Embalagem: embalagem contendo 244 cm, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na</p>	Unid	30		R\$ -

	ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
27	<p>Cimento de hidróxido de cálcio, indicado para proteção do complexo dentino-pulpar e forramento cavitário em procedimentos odontológicos. Proporciona ação alcalina, efeito bactericida e estímulo à formação de dentina reparadora.</p> <p>Embalagem: kit contendo 1 tubo de pasta base com 13 g, 1 tubo de pasta catalisadora com 11 g e 1 bloco de espatulação, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	5		R\$ -
28	<p>Fita banda matriz metálica, indicada para procedimentos restauradores odontológicos, auxiliando na conformação anatômica e contenção do material restaurador. Fabricada em material metálico resistente, proporcionando adaptação adequada e estabilidade durante o uso.</p> <p>Embalagem: embalagem contendo 1 rolo, com dimensões aproximadas de 0,05 × 5 × 500 mm, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	60		R\$ -
29	<p>Fita banda matriz metálica, indicada para procedimentos restauradores odontológicos, auxiliando na conformação anatômica e contenção do material restaurador. Produzida em material metálico resistente, garantindo adaptação adequada e estabilidade durante o uso.</p> <p>Embalagem: embalagem contendo 1 rolo, com dimensões aproximadas de 0,05 × 7 × 500 mm, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na</p>	Unid	25		R\$ -

	ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
30	<p>Óleo lubrificante em spray, indicado para lubrificação, limpeza e manutenção de canetas de alta rotação, contribuindo para o bom funcionamento, redução do desgaste e aumento da vida útil do equipamento.</p> <p>Embalagem: frasco spray com 200 ml, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	20		R\$ -
31	<p>Cunha anatômica de madeira, indicada para procedimentos restauradores odontológicos, auxiliando no afastamento dental e adaptação da matriz, garantindo melhor vedação e contato proximal. Disponível em tamanhos variados.</p> <p>Embalagem: embalagem contendo 100 unidades, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, assegurando rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Pct	5		R\$ -
32	<p>Álcool etílico 70% saneante, indicado para desinfecção de superfícies e artigos não críticos, com ação eficaz na eliminação de microrganismos. Produto de uso profissional, pronto para uso.</p> <p>Embalagem: frasco com 1 litro, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação no órgão competente, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	100		R\$ -
33	<p>Touca descartável sanfonada branca, indicada para proteção e contenção dos cabelos, contribuindo para a manutenção da higiene e prevenção de contaminações em ambientes de saúde. Confeccionada em material leve, com elástico para ajuste seguro e confortável.</p>	Pct	50		R\$ -

	Embalagem: pacote com 100 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação no órgão competente, conforme normas sanitárias vigentes.				
34	<p>Máscara descartável tripla com elástico branca, indicada para proteção das vias respiratórias contra gotículas e partículas, auxiliando na prevenção de contaminações em ambientes de saúde. Confeccionada em três camadas de material filtrante, com elásticos para fixação segura e ajuste confortável ao rosto.</p> <p>Embalagem: pacote com 50 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação no órgão competente, conforme normas sanitárias vigentes.</p>	Pct	100		R\$ -
35	<p>Babador descartável impermeável branco, indicado para proteção do paciente durante procedimentos odontológicos. Confeccionado em duas camadas, proporcionando absorção e barreira contra líquidos, com dimensões de 30 × 40 cm.</p> <p>Embalagem: pacote com 100 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme normas sanitárias vigentes.</p>	Pct	100		R\$ -
36	<p>Revelador radiográfico manual, indicado para o processamento de filmes radiográficos intraorais odontológicos. Proporciona revelação adequada, com boa definição de imagem, compatível com métodos de processamento manual.</p> <p>Embalagem: frasco com 500 ml, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	15		R\$ -
37	Fixador radiográfico manual, indicado para o processamento de filmes radiográficos intraorais odontológicos. Auxilia na fixação da imagem, garantindo	Fr	15		R\$ -

	<p>maior durabilidade e qualidade do exame, compatível com métodos de processamento manual.</p> <p>Embalagem: frasco com 500 ml, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>				
38	<p>Teste de vitalidade pulpar, aerossol para resfriamento de materiais de uso odontológico, indicado para avaliação da resposta pulpar por estímulo térmico. Proporciona resfriamento rápido e eficaz, auxiliando no diagnóstico clínico.</p> <p>Embalagem: frasco spray com 200 ml, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	5		R\$ -
39	<p>Agulha gengival 30G curta (21 mm), indicada para procedimentos anestésicos odontológicos. Confeccionada em aço inoxidável, estéril, descartável, com bisel trifacetado que proporciona penetração suave e maior conforto ao paciente.</p> <p>Embalagem: caixa com 100 unidades, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Cx	30		R\$ -
40	<p>Fio dental, indicado para higiene oral e remoção de resíduos e placa bacteriana em espaços interdentais, de uso odontológico e profilático.</p> <p>Embalagem: rolo com 500 metros, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	10		R\$ -
41	<p>Pasta profilática, indicada para procedimentos de limpeza e polimento dental, auxiliando na remoção de</p>	Unid	20		R\$ -

	placa bacteriana e manchas extrínsecas, com sabor tutti-frutti. Embalagem: bisnaga com 90 g, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
42	Fio de sutura de nylon preto , não absorvível, indicado para suturas em procedimentos odontológicos. Acompanha agulha 3/8 de círculo cortante convencional (CC) com 20 mm, proporcionando boa resistência, manuseio adequado e segurança clínica. Fio calibre USP 3/0. Embalagem: caixa com 24 unidades, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Cx	60		R\$ -
43	Rolete de algodão , indicado para isolamento do campo operatório, absorção de saliva e umidade durante procedimentos odontológicos. Confeccionado em algodão macio, com boa capacidade de absorção e formato anatômico que proporciona conforto e eficiência clínica. Embalagem: pacote com 100 unidades, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação e prazo de validade, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Pct	150		R\$ -
44	Tira de lixa de aço , indicada para acabamento e polimento de restaurações interproximais, auxiliando na remoção de excessos e no ajuste de superfícies dentárias. Possui largura de 4 mm, garantindo precisão e eficiência nos procedimentos odontológicos. Embalagem: acondicionada em embalagem com 12 unidades, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Pct	20		R\$ -

45	<p>Microaplicador descartável fino, indicado para aplicação precisa de materiais odontológicos como adesivos, ácidos e soluções em pequenas áreas. Possui haste flexível e ponta absorvente, permitindo controle, segurança e economia de material durante os procedimentos clínicos.</p> <p>Embalagem: acondicionada em embalagem com 100 unidades, com identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Fr	60		R\$ -
46	<p>Água destilada, indicada para uso odontológico em procedimentos clínicos, preparo de soluções, limpeza de materiais e equipamentos, livre de impurezas e sais minerais.</p> <p>Embalagem: galão com 5 litros, devidamente identificado com dados do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Gal	100		R\$ -
47	<p>Ponta ultrassônica para periodontia P1, indicada para procedimentos de raspagem e remoção de cálculo supragengival e subgengival. Possui rosca externa, compatível com aparelhos ultrassônicos correspondentes, garantindo eficiência, precisão e segurança clínica.</p> <p>Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade (quando aplicável) e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	5		R\$ -
48	<p>Ponta ultrassônica para periodontia P1, indicada para procedimentos de raspagem e remoção de cálculo supragengival e subgengival. Possui rosca interna, compatível com aparelhos ultrassônicos correspondentes, garantindo eficiência, precisão e segurança clínica.</p> <p>Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade</p>	Unid	20		R\$ -

	(quando aplicável) e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
49	<p>Avental descartável branco, com mangas longas e punho em látex, indicado para proteção do profissional de saúde contra respingos e contaminações durante procedimentos clínicos. Confeccionado em material leve, gramatura 20g, proporcionando conforto, segurança e barreira de proteção adequada.</p> <p>Embalagem: acondicionada em pacote com 10 unidades, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Pct	50		R\$ -
50	<p>Broca cirúrgica Zekrya longa (21 mm), indicada para procedimentos de cirurgia odontológica, especialmente em osteotomias e seccionamento dental. Fabricada em material resistente, proporcionando corte eficiente, precisão e segurança durante o uso clínico.</p> <p>Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	10		R\$ -
51	<p>Cimento obturador provisório, indicado para selamento temporário de cavidades dentárias durante procedimentos odontológicos. Proporciona vedação eficaz, facilidade de manipulação e proteção da polpa dental.</p> <p>Embalagem: tubo com 25 g, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	10		R\$ -
52	<p>Selante fotopolimerizável, indicado para prevenção de cáries e proteção de fissuras e sulcos dentários. Possui aplicação fácil, boa adesão ao esmalte e polimerização rápida com luz adequada.</p>	Unid	20		R\$ -

	Embalagem: seringa com 2,5 g, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
53	<p>Pasta para polimento de resina composta, indicada para acabamento e brilho de restaurações diretas em resina, proporcionando superfície lisa e estética adequada.</p> <p>Embalagem: seringa com 2 g, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA, garantindo rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	10		R\$ -
54	<p>Tira de lixa de poliéster 2,5 mm, indicada para acabamento e polimento de superfícies interproximais em restaurações odontológicas, garantindo precisão, ajuste adequado e acabamento liso.</p> <p>Embalagem: acondicionada com 50 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	10		R\$ -
55	<p>Tiras de poliéster transparente, indicadas para acabamento e polimento interproximal em restaurações odontológicas, proporcionando precisão e adaptação eficiente nas superfícies dentárias.</p> <p>Dimensões: 10 × 120 × 0,05 mm</p> <p>Embalagem: acondicionada com 50 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Unid	15		R\$ -
56	Papel grau cirúrgico , indicado para uso em procedimentos odontológicos e cirúrgicos como barreira	Unid	20		R\$ -

	de proteção, forração de superfícies ou preparo de campos assépticos. Produto resistente e seguro para uso clínico. Dimensões: 15 cm × 100 metros Embalagem: rolo com 100 metros, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
57	Seringa hipodérmica 20 mL com agulha 25 × 0,7 mm , indicada para administração de medicamentos, soluções ou anestésicos em procedimentos odontológicos e clínicos. Produto estéril, descartável e de uso seguro. Embalagem: unidade, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Unid	200		R\$ -
58	Bicarbonato de sódio para profilaxia bucal , indicado para remoção de placa bacteriana, limpeza e polimento de dentes durante procedimentos odontológicos. Produto seguro, de fácil aplicação e abrasividade controlada. Embalagem: frasco com 250 g, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Unid	5		R\$ -
59	Ionômero de vidro restaurador, cor A2 , indicado para restaurações diretas em dentes permanentes e decíduos, oferecendo boa adesão ao esmalte e dentina, liberação de flúor e resistência adequada. Embalagem: kit contendo 10 g de pó, 8 g de líquido, 1 dosador de pó e 1 bloco de espatulação, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Unid	20		R\$ -
60	Papel carbono odontológico , indicado para registro de oclusão e contatos dentários em procedimentos clínicos.	Unid	25		R\$ -

	<p>Produto de dupla face (azul e vermelho), proporcionando contraste adequado e precisão na marcação.</p> <p>Dimensões: 103 × 18,5 mm</p> <p>Embalagem: acondicionada com 12 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>				
61	<p>Enxaguante bucal antisséptico, contendo digliconato de clorexidina 0,12%, indicado para higiene oral, controle de biofilme e prevenção de gengivites. Produto seguro para uso odontológico, proporcionando ação antimicrobiana eficaz.</p> <p>Embalagem: frasco com 1 litro, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Und	16		R\$ -
62	<p>Luva de procedimento em látex, sem pó, tamanho P, indicada para proteção das mãos do profissional durante procedimentos odontológicos e clínicos, oferecendo barreira eficaz contra contaminações e conforto no uso.</p> <p>Embalagem: caixa com 100 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Cx	25		R\$ -
63	<p>Luva de procedimento em látex, sem pó, tamanho M, indicada para proteção das mãos do profissional durante procedimentos odontológicos e clínicos, oferecendo barreira eficaz contra contaminações e conforto no uso.</p> <p>Embalagem: caixa com 100 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Cx	16		R\$ -



PREFEITURA DE CARAÍBAS

ESPERANÇA TRANSFORMANDO-SE EM REALIDADE

64	<p>Luva de procedimento em látex, sem pó, tamanho M, indicada para proteção das mãos do profissional em procedimentos odontológicos e clínicos, proporcionando barreira eficaz contra contaminações, conforto e segurança no uso.</p> <p>Embalagem: caixa com 100 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Cx	70		R\$ -
65	<p>Luva de procedimento em látex com pó, tamanho P, indicada para proteção das mãos do profissional durante procedimentos odontológicos e clínicos. Oferece barreira contra contaminação, facilidade de colocação e conforto no uso.</p> <p>Embalagem: caixa com 100 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Cx	110		R\$ -
66	<p>Luva de procedimento em látex com pó, tamanho M, indicada para proteção das mãos do profissional durante procedimentos odontológicos e clínicos. Proporciona barreira eficaz contra contaminações, facilidade de colocação e conforto no uso.</p> <p>Embalagem: caixa com 100 unidades, contendo identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Cx	30		R\$ -
TOTAL					R\$ 0,00

LOTE 2 - INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS					
ITEM	PRODUTO	UND	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL

1	<p>Espelho bucal com cabo plano nº 5, indicado para visualização de superfícies dentárias durante procedimentos odontológicos. Fabricado em alumínio e aço inoxidável, autoclavável, garantindo durabilidade, higiene e segurança clínica.</p> <p>Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Und	30		R\$ -
2	<p>Espátula Silicato nº 1, indicada para manipulação e aplicação de materiais odontológicos. Fabricada em aço inoxidável, autoclavável, com aproximadamente 12 cm de comprimento.</p> <p>Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Und	15		R\$ -
3	<p>Forceps nº 151, indicado para manipulação e extração de dentes ou fragmentos durante procedimentos odontológicos. Fabricado em aço inoxidável, autoclavável.</p> <p>Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Und	1		R\$ -
4	<p>Sonda exploradora nº 4, indicada para exploração de cavidades, fissuras e detecção de cáries em procedimentos odontológicos. Fabricada em aço inoxidável, autoclavável, garantindo precisão e durabilidade.</p> <p>Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p>	Und			R\$ -
5	<p>Pinça clínica para algodão nº 317, indicada para manipulação de algodão, gazes ou pequenos materiais em</p>	Und	5		R\$ -

	procedimentos odontológicos. Fabricada em aço inoxidável, resistente e autoclavável. Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
6	Lima para osso nº 11 , indicada para alisamento e modelagem de tecido ósseo durante procedimentos cirúrgicos odontológicos. Fabricada em aço inoxidável, autoclavável. Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Und	1		R\$ -
7	Porta-agulha Mayo-Hegar 14 cm , indicado para segurar agulhas cirúrgicas durante suturas em procedimentos odontológicos e cirúrgicos. Fabricado em aço inoxidável, com fechamento firme tipo trava, garantindo segurança e precisão. Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Und	3		R\$ -
8	Cabo para bisturi nº 3, compatível com lâminas 11C, 12, 12B, 15 e 15C . Indicado para cortes precisos em procedimentos odontológicos e cirúrgicos. Fabricado em aço inoxidável, autoclavável e resistente. Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Und	3		R\$ -
9	Caneta de alta rotação odontológica , indicada para procedimentos odontológicos que exigem corte e desgaste de estruturas dentárias com precisão. Possui baixo nível de ruído e sistema Push Button, garantindo conforto e praticidade no uso clínico.	Und	2		R\$ -

	Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.				
10	Micromotor odontológico , indicado para acoplamento a contra-ângulo, proporcionando baixa rotação e controle preciso em procedimentos odontológicos. Possui sistema de conexão de 2 furos, corpo compacto e anatômico, baixo ruído, anel acoplado para inversão de rotação e regulagem de 3.000 a 25.000 rpm, compatível com contra-ângulo da mesma marca. Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Und	1		R\$ -
11	Contra-ângulo odontológico , indicado para procedimentos clínicos, acoplável ao micromotor. Fabricado em alumínio resistente, compatível com micromotor da mesma marca, garantindo precisão, durabilidade e desempenho. Embalagem: unidade, com identificação do produto, procedência, lote, data de fabricação e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	Und	1		R\$ -
TOTAL					R\$ 0,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 Justificativa da Necessidade da Contratação

A contratação de uma empresa para fornecimento de **materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos** pela Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas é indispensável para garantir a continuidade dos serviços de saúde bucal e atender à demanda identificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Essa medida visa assegurar o suprimento contínuo de insumos essenciais, especialmente para a população atendida pela rede pública, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde



(SUS) e as disposições das Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, fortalecendo a capacidade do sistema de saúde de responder às necessidades locais.

Nesse sentido, torna-se fundamental a realização de **Pregão Licitatório**, visando a manutenção de estoque adequado e contínuo de **materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos**, elementos essenciais para o pleno funcionamento de setores estratégicos, como consultórios odontológicos, unidades de atendimento e demais áreas que dependem desses insumos para garantir a **qualidade e segurança da assistência odontológica**.

3.2 Da Justificativa da Quantidade Solicitada ou Período do Serviço

Para definição das quantidades a serem adquiridas, foram considerados os históricos de consumo de aquisições anteriores. Observa-se que, no último Pregão Eletrônico nº 021/2025, os quantitativos contratados não foram suficientes para atender a demanda do período de 12 meses, em razão do aumento da procura por **materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos**.

Diante desse cenário, torna-se necessária a **adequação e acréscimo das quantidades dos itens**, de modo a garantir suprimento adequado e contínuo ao longo de 12 meses, assegurando o pleno funcionamento da Rede Municipal de Saúde e evitando desabastecimento o ou prejuízos à prestação dos serviços odontológicos.

3.3 Da Justificativa da Quantidade Solicitada ou Período do Serviço

O histórico das aquisições anteriores evidencia que, no último Pregão Eletrônico nº 021/2025, as quantidades contratadas não foram suficientes devido ao aumento da demanda, demonstrando limitações do planejamento anterior. Essa situação reforça a necessidade de **acréscimos nos itens**, garantindo a manutenção do fornecimento contínuo de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos independentemente de variações sazonais ou administrativas.

3.4 Da Justificativa de Estimativa de Preço

A estimativa de preço para o pregão licitatório destinado à contratação de empresa para fornecimento de **materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos** foi elaborada de forma criteriosa, com base em pesquisa ampla, considerando aspectos técnicos e econômicos.

A pesquisa incluiu:



- Contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública;
- Consultas diretas a fornecedores especializados;
- Dados disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no e-TCM/BA, no Diário Oficial do Município e em Atas de Registro de Preços recentes.

A fundamentação segue os dispositivos do **Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, aplicados de forma não cumulativa, com ênfase:

- Inciso IV: pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com justificativa da escolha, considerando prazo máximo de seis meses antes da divulgação do edital;
- Inciso II: análise de cotações e Atas de Registro de Preços como referência de valores praticados.

Dessa forma, a estimativa de preço reflete **análise criteriosa, baseada em dados concretos e fontes confiáveis**, em conformidade com a legislação vigente, garantindo **transparência, economicidade e adequação aos valores praticados no mercado**.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Caraíbas, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

PODER	2 Poder Executivo
ÓRGÃO	4 Fundo Municipal de Saúde de Caraíbas
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.01.01 Secretaria Municipal de Saúde

PROJETO / ATIVIDADE	2.010 – Gestão das Ações do Programa Incentivo para Ações Estratégicas 2.024 – Gestão das Ações do Programa Incentivo Financeiro da APS – Captação Ponderada 1.042 – Construção, Ampliação, Manutenção e Reformas de Postos e Unidades de Saúde 2.051 – Manutenção das Ações do Bloco da Assistência Farmacêutica 2.008 – Manutenção das Ações do Bloco da Vigilância em Saúde 2.048 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos – Saúde 2.050 – Manutenção das Ações do Bloco da Atenção Primária
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30.00 - Material de Consumo;
FONTE	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir do mês subsequente à entrega dos materiais, mediante **apresentação da nota fiscal e atesto pelo setor competente**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

5.2. A inadimplência da Contratada quanto a **encargos sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais ou indenizações** não transfere à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, conforme dispõe o **artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021**.



5.3 A execução do objeto será **avaliada mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR), relatórios e demais mecanismos de controle** previstos no contrato, garantindo a conformidade com as especificações e a qualidade do fornecimento.

6. DO LOCAL DE ENTREGA

6.1. Os materiais objeto deste Termo deverão ser entregues na **Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas – BA**, ou em outro local que esta indicar.

6.2. A entrega deverá ser realizada de forma **imediata, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento.

6.3. Será de responsabilidade da Contratada todos os **tributos, encargos sociais e fiscais incidentes**, bem como quaisquer **despesas com transporte, frete, embalagens, seguros e outros custos relacionados à entrega dos materiais, instrumentais e equipamentos** sem que isso onere a Contratante.

7. DA VIGÊNCIA e DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação será **até 31/12/2026**, a contar da assinatura deste instrumento, **limitado aos créditos orçamentários disponíveis**, nos termos dos **arts. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021**, podendo ser **prorrogado por igual período** conforme o disposto no **art. 107 da referida lei**.

7.2. O **prazo de execução da aquisição** abrangerá todo o período de vigência do contrato, a contar da assinatura do presente instrumento ou da emissão da ordem de fornecimento.

7.3. O **prazo de validade da Ata de Registro de Preços** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do instrumento, permitindo a **execução das entregas de acordo com os quantitativos estimados**.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Cumprir todas as condições, prazos e demais cláusulas estabelecidas no Contrato.



8.2. Fiscalizar, durante a vigência do Contrato, a execução das entregas de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos, podendo solicitar informações e documentos necessários ao acompanhamento e controle.

8.3. Efetuar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do Contrato, nos termos estabelecidos, garantindo a integralidade de seus pagamentos.

8.4. Designar, no ato da assinatura do Contrato, preposto responsável para acompanhar e fiscalizar a execução das entregas, com poderes técnicos e administrativos para gerenciar o processo.

8.5. Fornecer, em tempo hábil, todos os elementos técnicos e administrativos necessários à execução das entregas, assegurando acesso desimpedido aos locais de recebimento dos materiais.

8.6. Arcar, quando necessário e previamente justificado, com despesas de hospedagem, alimentação e transporte da equipe da Contratada, exclusivamente quando vinculadas à execução do objeto contratado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto do Contrato, garantindo a entrega de **materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos** conforme especificações, quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

9.2. Disponibilizar equipe qualificada e capacitada para execução das entregas, zelando pela idoneidade, moralidade e competência dos seus empregados, conforme legislação vigente.

9.3. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre qualquer fato ou irregularidade relacionada à execução do contrato, adotando medidas imediatas para correção de falhas e prevenindo sua repetição.

9.4. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou representante legal, sujeitando-se à fiscalização plena da Contratante.

9.5. Garantir a segurança na manipulação, transporte e entrega dos materiais, cumprindo normas de prevenção de acidentes e preservação da integridade dos produtos.

9.6. Manter quadro de pessoal suficiente para assegurar a execução contínua das entregas, respeitando férias, descansos, licenças e demais disposições legais.



9.7. Arcar com todas as despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos seus empregados, bem como custos decorrentes de acidentes durante a execução do contrato, sem ônus para a Administração.

9.8. Manter sigilo absoluto, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre informações da Contratante ou de terceiros obtidas em função do contrato.

9.9. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação sempre que solicitado.

9.10. Assumir responsabilidade por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, independentemente da fiscalização ou acompanhamento do contrato.

9.11. É vedada a subcontratação das obrigações assumidas neste contrato.

9.12. Garantir a continuidade das informações e processos relativos à execução do contrato, incluindo eventual capacitação de técnicos da Contratante ou de nova empresa que venha a assumir o fornecimento.

10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do Contrato será exercida por representante da Administração, responsável por esclarecer dúvidas e comunicar ocorrências relevantes.

10.2. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante para representá-la administrativamente sempre que necessário.

10.3. A comunicação entre fiscalização e Contratada será realizada por correspondência oficial, e-mail ou registros formais, garantindo documentação de todas as tratativas.

10.4. Relatórios de entrega deverão registrar fatos, ocorrências, quantidades entregues e comunicações pertinentes à execução do contrato.

10.5. Todos os atos emitidos pela fiscalização vinculam a Contratada às orientações recebidas.

10.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



10.7. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir ou recompor, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer materiais que apresentem vícios, defeitos ou incorreções, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações pela Contratada, sem justificativa aceita, poderá acarretar:

- Inexecução parcial do contrato;
- Inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou interesse coletivo;
- Inexecução total do contrato;
- Falta de entrega de documentação exigida;
- Não manutenção da proposta, salvo por fato superveniente justificado;
- Retardamento injustificado da execução ou entrega;
- Declaração ou documentação falsa;
- Fraude à licitação ou atos ilícitos que comprometam o processo licitatório;
- Prática de atos lesivos conforme Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.2. Penalidades aplicáveis (art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

- a) **Advertência:** aplicável a infrações leves, quando não se justificar penalidade mais grave;
- b) **Multa:** aplicável a qualquer infração administrativa, de 0,5% a 30% do valor contratado;
- c) **Impedimento de licitar e contratar:** para infrações graves, pelo prazo máximo de 3 anos;
- d) **Declaração de inidoneidade:** aplicada às infrações mais graves, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, precedida de análise jurídica.

Ronaldo Santos Soares
Fundo Municipal de Saúde
Contratante



**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA
DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
Processo Administrativo nº 039/2026**

O Prefeito Municipal de Caraíbas, Estado da Bahia, em acordo com a Lei n.º 14.133/2021 Inciso II do Artigo 9 do Decreto nº 5.450 de 31 de Maio de 2005 e demais legislação pertinente, aprova o Termo de Referência oriundo do Processo Administrativo nº 039/2026, cujo o objeto é o Registro de Preços para eventual contratação de empresa visando o fornecimento de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas – Bahia, a contratação será feita através de processo Licitatório na modalidade Pregão, de acordo as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

Gabinete do Prefeito, 13 de fevereiro de 2026.

Renato Lima dos Santos
Prefeito Municipal



I. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a):

A Empresa _____, CNPJ nº _____,
sediada _____(endereço completo)_____, propõe-se a executar o objeto
conforme discriminados abaixo, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação,
Termo de Referência contendo itens unitários e totais, valores, quantidades, conforme planilha
abaixo:

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa visando o
fornecimento de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos destinados a atender as
necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas – Bahia.

INCLUIR A PLANILHA DE PREÇOS

– **Dados para pagamento:**

- Banco (Nome/nº):
- Agência:
- Conta:

– **Informações para assinatura do Contrato:**

- Nome:
- Cargo:
- RG:
- CPF:

Telefone/Fax:

E-mail:

3 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Eu, _____ abaixo assinado, representante da empresa
_____ declaro ter tomado conhecimento de todas as
condições referente ao fornecimento dos materiais objeto do **Pregão Eletrônico nº 005/2026**, e
assim sendo, me comprometo a cumprir fielmente conforme valores propostos na Planilha
Orçamentária apresentada acima e as condições estipuladas prevista no presente Edital de
Licitação e ainda cumprir todas as normas regulamentares para a sua prestação.

_____, de de

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CARIMBO DE CNPJ E DADOS DA EMPRESA



ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº /20...)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E
.....

O MUNICÍPIO DE CARAÍBAS ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Luís Eduardo Magalhães, 245 – Centro – Caraíbas – Bahia - inscrita no CNPJ sob nº 16.418.766/0001-20, neste ato representado pelo Ilm.º Sr. Renato Lima dos Santos, portador da cédula de identidade nº 844.712.124 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 791.059.125-04, residente e domiciliado na Praça da Matriz, 08, Centro, na cidade de Caraíbas, Bahia, CEP: 45.177-000, Prefeito Municipal, **JUNTAMENTE COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, ora denominado ora denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, Inscrito no CNPJ nº, com endereço comercial, Bahia, representado neste ato por pelo o Sr., brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº, emitido pelo SSP/....., inscrito no CPF sob o nº, com endereço na, aqui denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas e nas quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Ata de Registro de Preços nº xxx/20xx

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 05 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

3.3. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

3.4. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

3.5. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

3.6. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

3.7. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

3.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. Os itens serão solicitados de forma fracionada, conforme a necessidade da Administração, devendo ser fornecidos mediante a emissão de Autorização de Fornecimento, nos quantitativos e prazos que devem vir discriminados pelas Secretarias solicitantes.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria empresa, obrigatoriamente contendo a descrição do número de inscrição no CNPJ da Unidade solicitante, descrição da Contratante do número de CNPJ da mesma, redigida em letras legíveis, sem rasuras ou erros, com os dados bancários para pagamento, descrição dos produtos e entregue conjuntamente aos produtos.

6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4. Quaisquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

6.5. O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela LICITANTE CONTRATADA.

6.6. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere a Contratante à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice

exclusivamente para IGPM podendo ser substituído pelo INPC ficando a critério da Contratante.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. Para garantir a saúde financeira deste instrumento em casos de variação brusca de mercado ou alteração de preços pelo governo, cabe repactuação desde que comprovado tal situação e aceita pelo Contratante.
- 7.9. O reajuste e a repactuação serão realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



- 8.10. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.14. Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução dos serviços, bem como entregar livre e desimpedidas as áreas onde serão realizados os serviços, objeto deste contrato;
- 8.15. Indicar o gestor do contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.
- 9.5. Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 9.6. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- 9.7. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- 9.8. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 9.9. Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato



de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;

- 9.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- 9.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.12. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- 9.13. Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- 9.14. A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- 9.15. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 9.16. É vedada a subcontratação da obrigação.
- 9.17. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em

sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. DO LOCAL E PREVISÃO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

10.1. Os serviços, objeto deste Termo, deverão ser prestados na Secretaria Municipal de Caraíbas - BA, especificamente no Hospital do Município.

10.2. Ressaltamos que a entrega deverá ser realizada de forma imediata, em até 10 dias corridos, a contar-se da assinatura do contrato.

10.3. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do material entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo a 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de% a A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

- 11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

- 12.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.
- 12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	4 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAIBAS
SECRETARIA	0401 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.01.01 SAUDE
PROJETO / ATIVIDADE	2.028 - Gestão dos Serviços de Saúde 2.030- Manutenção da Atenção Primária à Saúde 2.035- Manutenção das Ações de Assistência Farmacêutica
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30.00 - Material De Consumo;

	3.3.90.32.00 Material de Distribuição Gratuita
FONTE	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde 1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro do Município de Caraíbas-Ba-Ba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e Decreto Municipal nº 020/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. DO OBJETO

1.2. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa visando o fornecimento de materiais odontológicos, instrumentais e equipamentos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas – Bahia, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
TODOS	SAÚDE	TODAS	TODAS

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;



5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que



avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.



8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de lote, só será admitida a contratação de parte de itens do lote se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) regi



COTAÇÃO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

CNPJ: 16.418.766/0001-20



Relatório Resumido de Cotação: ODONTOLOGIA

Pesquisa realizada entre 12/02/2026 09:50:19 e 12/02/2026 15:28:39

Relatório gerado no dia 12/02/2026 15:29:05 (IP: 45.168.11.19)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
LOTE 1: ODONTOLOGIA (66 itens)					Valor Lote: R\$ 47.318,87		
1) Sistema adesivo de frasco único, fotopolimerizável, indicado para esmalte e dentina	3	52 Caixas	R\$ 35,50 (un)	-	R\$ 35,50	3,7%	R\$ 1.846,00
2) Anestésico local à base de lidocaína 2% com epinefrina na diluição 1:100.000 caixa contendo 50 tubetes de vidro de 1,8 ML	4	50 Caixas	R\$ 126,21 (un)	-	R\$ 126,21	12,6%	R\$ 6.310,50
3) Anestésico local à base de mepivacaína 3%, sem vasoconstritor caixa contendo 50 tubetes de 1,8 mL cada	3	15 Caixas	R\$ 175,44 (un)	-	R\$ 175,44	5,3%	R\$ 2.631,60
4) Anestésico local à base de articaína 4% com epinefrina 1:100.000 caixa contendo 50 tubetes de 1,8 mL cada	3	15 Caixas	R\$ 191,31 (un)	-	R\$ 191,31	5,7%	R\$ 2.869,65
5) Anestésico tópico à base de benzocaína 20%	3	50 Frascos	R\$ 14,45 (un)	-	R\$ 14,45	1,4%	R\$ 722,50
6) Condicionador ácido fosfórico em gel a 37%,	3	100 Pacotes	R\$ 4,06 (un)	-	R\$ 4,06	0,8%	R\$ 406,00
7) Broca diamantada nº 1016 acondicionada	3	50 Unidades	R\$ 2,30 (un)	-	R\$ 2,30	0,2%	R\$ 115,00
8) Broca diamantada nº 1014	3	50 Unidades	R\$ 2,45 (un)	-	R\$ 2,45	0,2%	R\$ 122,50
9) Broca diamantada nº 1012	3	50 Unidades	R\$ 2,59 (un)	-	R\$ 2,59	0,3%	R\$ 129,50
10) Broca diamantada nº 3195 FF	3	50 Unidades	R\$ 3,81 (un)	-	R\$ 3,81	0,4%	R\$ 190,50
11) Broca diamantada nº 3118 F	3	50 Unidades	R\$ 2,17 (un)	-	R\$ 2,17	0,2%	R\$ 108,50
12) Broca diamantada nº 3168 F	3	25 Caixas	R\$ 2,56 (un)	-	R\$ 2,56	0,1%	R\$ 64,00
13) Escova de Robinson para profilaxia	3	500 Unidades	R\$ 1,05 (un)	-	R\$ 1,05	1,1%	R\$ 525,00
14) Filme radiográfico periapical adulto 150 cx	3	20 Caixas	R\$ 159,03 (un)	-	R\$ 159,03	6,4%	R\$ 3.180,60
15) Resina composta microhíbrida, cor A1 4 gr	3	20 Unidades	R\$ 16,83 (un)	-	R\$ 16,83	0,7%	R\$ 336,60
16) Resina composta microhíbrida, cor A2 4 gr	3	30 Unidades	R\$ 15,85 (un)	-	R\$ 15,85	1%	R\$ 475,50
17) Resina composta microhíbrida, cor A3 4 gr	3	25 Unidades	R\$ 16,00 (un)	-	R\$ 16,00	0,8%	R\$ 400,00
18) Resina composta microhíbrida, cor A3,5 4 gr	3	25 Unidades	R\$ 11,80 (un)	-	R\$ 11,80	0,6%	R\$ 295,00
19) Resina composta microhíbrida, cor A4 4 gr	3	10 Unidades	R\$ 12,92 (un)	-	R\$ 12,92	0,3%	R\$ 129,20



Relatório gerado no dia 12/02/2026 15:29:05 (IP: 45.168.11.19)

Código Validação: wVaLRT539WifejCAO7JxgKQ8dJckpyFG%2fH8TPIm1m9DBOfiMy%252bzdg%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=wVaLRT539WifejCAO7JxgKQ8dJckpyFG%252fH8TPIm1m9DBOfiMy%252bzdg%253d%253d>

20) Resina composta fluida (flow), cor A2 2 gr	3	25 Unidades	R\$ 22,06 (un)	-	R\$ 22,06	1,1%	R\$ 551,50
21) Lâmina de bisturi nº 15C em aço carbono	3	15 Caixas	R\$ 27,47 (un)	-	R\$ 27,47	0,8%	R\$ 412,05
22) Pedra-pomes frasco com 100 gramas	3	4 Frascos	R\$ 3,50 (un)	-	R\$ 3,50	0%	R\$ 14,00
23) Soro fisiológico 0,9%, frasco 250 mL	3	50 Frascos	R\$ 4,10 (un)	-	R\$ 4,10	0,4%	R\$ 205,00
24) Sugador odontológico transparente cx 40 um	3	300 Pacotes	R\$ 12,80 (un)	-	R\$ 12,80	7,7%	R\$ 3.840,00
25) Flúor gel neutro frasco contendo 200 mL	3	50 Frascos	R\$ 24,35 (un)	-	R\$ 24,35	2,4%	R\$ 1.217,50
26) Fio retrator gengival nº 00	3	30 Unidades	R\$ 17,47 (un)	-	R\$ 17,47	1%	R\$ 524,10
27) Cimento de hidróxido de cálcio	3	5 Unidades	R\$ 24,59 (un)	-	R\$ 24,59	0,2%	R\$ 122,95
28) Fita banda matriz metálica	3	60 Unidades	R\$ 2,24 (un)	-	R\$ 2,24	0,3%	R\$ 134,40
29) Fita banda matriz metálica 1 rolo 0,05 x7	3	25 Unidades	R\$ 1,26 (un)	-	R\$ 1,26	0,1%	R\$ 31,50
30) Óleo lubrificante em spray 200 m	3	20 Frascos	R\$ 17,80 (un)	-	R\$ 17,80	0,7%	R\$ 356,00
31) Cunha anatômica de madeira cx 100 uni	3	5 Pacotes	R\$ 6,91 (un)	-	R\$ 6,91	0,1%	R\$ 34,55
32) Álcool etílico 70% saneante frasco 1 litro	3	100 Frascos	R\$ 7,79 (un)	-	R\$ 7,79	1,6%	R\$ 779,00
33) Touca descartável sanfonada branca	3	50 Pacotes	R\$ 0,07 (un)	-	R\$ 0,07	0%	R\$ 3,50
34) Máscara descartável tripla elástico branca	3	100 Pacotes	R\$ 12,99 (un)	-	R\$ 12,99	2,6%	R\$ 1.299,00
35) Babador descartável impermeável branco	3	100 Pacotes	R\$ 15,48 (un)	-	R\$ 15,48	3,1%	R\$ 1.548,00
36) Revelador radiográfico manual frasco 500 ml	3	15 Frascos	R\$ 9,20 (un)	-	R\$ 9,20	0,3%	R\$ 138,00
37) Fixador radiográfico manual frasco com 500 ml	3	15 Frascos	R\$ 10,31 (un)	-	R\$ 10,31	0,3%	R\$ 154,65
38) Teste de vitalidade pulpar frasco 200 ml	3	5 Frascos	R\$ 32,63 (un)	-	R\$ 32,63	0,3%	R\$ 163,15
39) Agulha gengival 30G curta (21 mm) cx 100	3	30 Caixas	R\$ 43,90 (un)	-	R\$ 43,90	2,6%	R\$ 1.317,00
40) Fio dental rolo com 500 metros	3	10 Unidades	R\$ 12,08 (un)	-	R\$ 12,08	0,2%	R\$ 120,80
41) Pasta profilática : bisnaga com 90 g	3	20 Unidades	R\$ 4,34 (un)	-	R\$ 4,34	0,2%	R\$ 86,80
42) Fio de sutura de nylon preto cx 24 un	3	60 Caixas	R\$ 29,81 (un)	-	R\$ 29,81	3,6%	R\$ 1.788,60
43) Roleta de algodão pc com 100 unidades	3	150 Pacotes	R\$ 2,47 (un)	-	R\$ 2,47	0,7%	R\$ 370,50
44) Tira de lixa de aço	3	20 Pacotes	R\$ 10,30 (un)	-	R\$ 10,30	0,4%	R\$ 206,00
45) Microaplicador descartável fino	3	60 Frascos	R\$ 9,96 (un)	-	R\$ 9,96	1,2%	R\$ 597,60
46) Água destilada galão com 5 litros	3	100 Galões	R\$ 10,51 (un)	-	R\$ 10,51	2,1%	R\$ 1.051,00
47) Ponta ultrassônica para periodontia P1	3	5 Unidades	R\$ 61,67 (un)	-	R\$ 61,67	0,6%	R\$ 308,35
48) Ponta ultrassônica para periodontia P1	3	20 Unidades	R\$ 66,33 (un)	-	R\$ 66,33	2,7%	R\$ 1.326,60
49) Avental descartável branco	3	50 Pacotes	R\$ 5,37 (un)	-	R\$ 5,37	0,5%	R\$ 268,50
50) Broca cirúrgica Zekrya longa (21 mm),	3	10 Unidades	R\$ 11,60 (un)	-	R\$ 11,60	0,2%	R\$ 116,00
51) Cimento obturador provisório	3	10 Unidades	R\$ 8,16 (un)	-	R\$ 8,16	0,2%	R\$ 81,60
52) Selante fotopolimerizável seringa com 2,5 g	3	20 Unidades	R\$ 9,45 (un)	-	R\$ 9,45	0,4%	R\$ 189,00
53) Pasta para polimento de resina composta	4	10 Unidades	R\$ 9,84 (un)	-	R\$ 9,84	0,2%	R\$ 98,40
54) Tira de lixa de poliéster 2,5 mm	3	10 Unidades	R\$ 9,86 (un)	-	R\$ 9,86	0,2%	R\$ 98,60
55) Tiras de poliéster transparente	3	15 Unidades	R\$ 0,95 (un)	-	R\$ 0,95	0%	R\$ 14,25
56) Papel grau cirúrgico 15cm x 100 metros	3	20 Unidades	R\$ 55,29 (un)	-	R\$ 55,29	2,2%	R\$ 1.105,80
57) Seringa hipodérmica 20 mL agulha 25 × 0,7	3	200 Unidades	R\$ 0,42 (un)	-	R\$ 0,42	0,2%	R\$ 84,00
58) Bicarbonato de sódio para profilaxia bucal	3	5 Unidades	R\$ 14,09 (un)	-	R\$ 14,09	0,1%	R\$ 70,45



59) Ionômero de vidro restauradorcor A2 indicado	3	20 Unidades	R\$ 23,28 (un)	-	R\$ 23,28	0,9%	R\$ 465,60
60) Papel carbono odontológico 103 × 18,5 mm	3	25 Unidades	R\$ 5,64 (un)	-	R\$ 5,64	0,3%	R\$ 141,00
61) Enxaguante bucal antisséptico	3	16 Unidades	R\$ 30,20 (un)	-	R\$ 30,20	1%	R\$ 483,20
62) Luva de procedimento em látex, sem pó, P	3	25 Caixas	R\$ 0,22 (un)	-	R\$ 0,22	0%	R\$ 5,50
63) Luva de procedimento em látex, sem pó, M	3	16 Caixas	R\$ 0,22 (un)	-	R\$ 0,22	0%	R\$ 3,52
64) Luva de procedimento em látex, sem pó, M	3	70 Caixas	R\$ 0,22 (un)	-	R\$ 0,22	0%	R\$ 15,40
65) Luva de procedimento em látex com pó, P	3	110 Caixas	R\$ 34,37 (un)	-	R\$ 34,37	7,6%	R\$ 3.780,70
66) Luva de procedimento em látex com pó, M	3	30 Caixas	R\$ 24,57 (un)	-	R\$ 24,57	1,5%	R\$ 737,10
LOTE 2: INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS (11 itens)					Valor Lote: R\$ 2.658,06		
67) Espelho bucal com cabo plano nº 5	3	30 Unidades	R\$ 3,30 (un)	-	R\$ 3,30	0,2%	R\$ 99,00
68) Espátula Silicato nº 1	3	15 Unidades	R\$ 9,81 (un)	-	R\$ 9,81	0,3%	R\$ 147,15
69) Forceps nº 151	3	1 Unidade	R\$ 152,98 (un)	-	R\$ 152,98	0,3%	R\$ 152,98
70) Sonda exploradora nº 4	3	100 Unidades	R\$ 8,88 (un)	-	R\$ 8,88	1,8%	R\$ 888,00
71) Pinça clínica para algodão nº 317	3	5 Unidades	R\$ 8,37 (un)	-	R\$ 8,37	0,1%	R\$ 41,85
72) Lima para osso nº 11	3	1 Unidade	R\$ 21,17 (un)	-	R\$ 21,17	0%	R\$ 21,17
73) Porta-agulha Mayo-Hegar 14 cm	3	3 Unidades	R\$ 21,91 (un)	-	R\$ 21,91	0,1%	R\$ 65,73
74) Cabo para bisturi nº 3, compatível com lâminas 11C, 12, 12B, 15 e 15C	3	3 Unidades	R\$ 6,97 (un)	-	R\$ 6,97	0%	R\$ 20,91
75) Caneta de alta rotação odontológica	3	2 Unidades	R\$ 420,48 (un)	-	R\$ 420,48	1,7%	R\$ 840,96
76) Micromotor odontológico	3	1 Unidade	R\$ 192,67 (un)	-	R\$ 192,67	0,4%	R\$ 192,67
77) Contra-ângulo odontológico	3	1 Unidade	R\$ 187,64 (un)	-	R\$ 187,64	0,4%	R\$ 187,64

Valor Global: R\$ 49.976,93

Valor do item em relação ao total

- 1) Anestésico...
- 2) Sugador od...
- 3) Luva de pr...
- 4) Filme radi...
- 5) Anestésico...
- 6) Anestésico...
- 7) Sistema adesiv...

▲ 1/2 ▼

